



## Documento Final do Seminário

### “Gestão de Acervos Culturais em Centros de Formação, de Documentação, de Cultura e Museus Indígenas no Brasil”

Entre os dias 17 e 20 de setembro de 2013, um grupo de 30 pessoas, pertencentes às entidades da sociedade civil organizada, sendo elas indígenas e parceiras indigenistas, bem como técnicos e servidores do Museu do Índio/Funai esteve reunido em Saquarema, Rio de Janeiro, para participar do Seminário “Gestão de Acervos Culturais em Centros de Formação, de Documentação, de Cultura e Museus Indígenas no Brasil”. Este seminário foi promovido pelo Museu do Índio, da Fundação Nacional do Índio, e pela Rede de Cooperação Alternativa - RCA, constituída por organizações indígenas e indigenistas que atuam na Amazônia brasileira, com apoio da UNESCO, Funai e Rainforest Foundation Noruega.

O seminário possibilitou, por meio de apresentações de experiências, discussões em grupos de trabalho e plenárias, uma reflexão sobre um amplo mosaico de iniciativas de valorização de patrimônios culturais indígenas, de programas de formação de pesquisadores indígenas, de constituição, organização, pesquisa e divulgação de acervos culturais indígenas e de constituição de novos espaços, dentro e fora de terras indígenas, voltados à preservação e difusão de acervos culturais indígenas.

Entre as boas práticas evidenciadas pela apresentação e discussão de oito experiências de gestão de acervos culturais por centros de formação, de documentação, de cultura e museus indígenas foram salientadas a importância de, hoje, cada vez mais, as próprias comunidades indígenas estarem preocupadas com a documentação e perpetuação de seus patrimônios culturais, engajando-se em iniciativas de promoção de sua cultura, por meio do registro, da guarda, da pesquisa, da sistematização e da difusão de saberes e práticas que marcam seus modos particulares de vida e visões de mundo.

Formação de pesquisadores indígenas, constituição de acervos documentais, identificação e recuperação de registros antigos, preparação de inventários, publicações, filmes, vídeos e cds de músicas foram indicados como ferramentas



estratégicas para a documentação, preservação, perpetuação e difusão da memória histórica e cultural dos povos indígenas. A criação de novas instituições nas aldeias e fora delas, voltadas à constituição de espaços coletivos em que se desenvolvem ações de valorização cultural, bem como o domínio de novas tecnologias, foram apontados como estratégias importantes e recentes para viabilizar uma gestão qualificada dos patrimônios culturais, materiais e imateriais, pelos próprios povos indígenas. Por fim, a necessidade de uma política pública específica para a valorização dos patrimônios culturais indígenas, elaborada com a participação efetiva de representantes das comunidades e organizações indígenas, foi reivindicada como fundamental para que os povos indígenas possam manter suas práticas culturais, transmitindo-as às novas gerações.

Não obstante avanços recentes e localizados, com a abertura de editais públicos e privados voltados à valorização dos patrimônios culturais indígenas, os participantes do seminário avaliaram que há inúmeras dificuldades a serem superadas para que se efetive o direito constitucional de terem reconhecidos “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”, tal como disposto no artigo 231 da Constituição da República Federativa do Brasil. Avaliaram, ainda, que a gestão dos patrimônios culturais indígenas deve se tornar uma preocupação central nas políticas públicas indigenistas e culturais do país.

A seguir, as organizações participantes do seminário tornam públicas algumas de suas reflexões construídas nos debates das experiências analisadas, apontando algumas de suas fortalezas e fazendo recomendações às instâncias do governo, direta e indiretamente envolvidas com o tema em questão, que, se adotadas ou intensificadas, contribuiriam para uma mudança qualitativa na forma como vêm sendo tratados os patrimônios indígenas no Brasil.

Como pontos fortes das experiências apresentadas, salientou-se:

- O Interesse crescente e engajamento ativo das comunidades indígenas com seu patrimônio cultural, produzido no passado e vivido hoje, e a necessidade de sua manutenção e perpetuação entre as futuras gerações, tem suscitado a criação de Instituições próprias para a promoção de sua cultura, como centros de formação e de documentação, casas de cultura e museus indígenas,



realizando ações de registro, guarda, formação, pesquisa e difusão de seus modos de vida, de seus saberes e práticas, de suas visões de mundo.

- A realização de inventários próprios de seus acervos culturais, a partir de suas próprias categorias, línguas e interesses, prioritariamente para uso interno, evidenciam, para as próprias comunidades envolvidas, a importância e a riqueza de seus saberes e modos de vida específicos.
- As iniciativas de formação de jovens e de pesquisadores indígenas voltados para a valorização de suas próprias culturas potencializam a comunicação entre gerações, criando novos espaços para a transmissão de conhecimento e práticas culturais.
- As iniciativas de gestão de patrimônios culturais, por parte dos próprios índios, valorizam as línguas indígenas faladas no país e o papel dos velhos como depositários e guardiães dos conhecimentos de seus povos.
- O interesse dos índios por seus acervos documentais e culturais impõe uma nova agenda para as instituições públicas de repensar sua relação com os povos indígenas, a partir de demandas para a identificação, reunião e recuperação e acesso a acervos constituídos no passado, depositados em inúmeras instituições, constituindo fundos de referência para a preservação cultural indígena.
- O registro e a documentação cultural, com o uso de diferentes tecnologias, coloca a questão da necessidade de estabelecer critérios sobre o que guardar e para que guardar, bem como levantam a questão do direito de uso das informações e imagens coletadas no passado e no presente.
- Iniciativas comunitárias de valorização cultural evidenciam a necessidade de estabelecer uma política de acesso a acervos documentais e etnográficos guardados em instituições e museus no Brasil aos próprios povos indígenas.

As experiências discutidas no seminário evidenciam a necessidade de:

- Garantir uma política pública que promova iniciativas de documentação e gestão de patrimônios culturais pelos próprios índios, de modo perene e efetivo, uma vez que as ações em curso têm sido apoiadas por meio de editais públicos pontuais, de órgãos de cultura e empresas estatais, que não garantem a continuidade dos trabalhos iniciados, bem como a infraestrutura de novos espaços criados nas aldeias e a manutenção dos equipamentos necessários.



- Garantir recursos e apoio técnico para formar, capacitar e manter pessoas das comunidades indígenas responsáveis pelos acervos e trabalhos iniciados, aptos a darem continuidade às ações de registro, documentação, pesquisa e difusão interna de seus patrimônios culturais.
- Garantir condições, meios, metodologia e financiamento para guardar com segurança acervos documentais, novos e antigos, garantindo sua integridade e vida útil, principalmente face às mudanças de tecnologia e à fragilidade e transitoriedade dos diferentes suportes e mídias atualmente utilizados.
- Ampliar oportunidades, espaços e meios de difusão das experiências de gestão de patrimônios culturais indígenas, que estão ocorrendo em diferentes pontos do país, como forma de estimular outros povos e comunidades indígenas a se engajarem no registro, documentação, pesquisa e valorização de seus próprios acervos culturais.

Durante as apresentações das experiências também se pensou e discutiu propostas que pudessem ser implementadas pelo Museu do Índio:

- Que o Museu do Índio divulgue mais suas recentes iniciativas junto aos povos indígenas para inspirar e constranger outras instituições que guardam acervos culturais desses povos, mas não mantêm ou priorizam o estabelecimento de novas relações com os povos indígenas.
- Que o Museu do Índio estabeleça contatos entre as comunidades indígenas e instituições e museus no Brasil e no exterior, que guardam acervos indígenas, visando o acesso a itens de sua produção cultural.
- Que o Museu do Índio apoie diretamente iniciativas de valorização cultural propostas por comunidades e associações indígenas.
- Que o Museu do Índio produza subsídios e proponha caminhos para a questão do uso do direito de imagens e de informações sobre os povos indígenas.
- Que o Museu do Índio realize um diagnóstico das instituições indígenas e indigenistas, que possuam acervos culturais indígenas, visando o estabelecimento de políticas comuns para o gerenciamento arquivístico e museológico de seus acervos.



Por fim, os participantes do seminário, conclamam o Ministério da Cultura a:

- Dar efetividade ao Plano Nacional de Culturas Indígenas, difundindo-o junto as comunidades indígenas e implementando suas diretrizes e metas.
- Dar visibilidade as discussões, orientações e propostas do Colegiado Setorial de Culturas Indígenas, instância do Conselho Nacional de Políticas Culturais.
- Garantir recursos em seu orçamento para incentivar, apoiar e manter iniciativas de valorização e gestão dos patrimônios culturais dos povos indígenas no país.

### **Experiências debatidas no Seminário “Gestão de Acervos Culturais em Centros de Formação, de Documentação, de Cultura e Museus Indígenas no Brasil”**

Centro Cultural Mawo (MT)

Centro de Documentação Kuikuro (MT)

Centro de Documentação e Pesquisa Indígena (AC)

Centro Timbira de Ensino e Pesquisa Pënxyj Hempejxá (MA)

Centro de Formação e Documentação Wajãpi (AP)

Centro Indígena de Formação Cultura Raposa Serra do Sol (RR)

Iniciativa cultural Kisedje (MT)

Mawo – Casa de Cultura Ikpeng (MT)

Museu Kuahí dos Povos Indígenas do Oiapoque (AP)

Museu do Índio/Funai (RJ)

### **Instituições participantes do Seminário**

Associação Indígena Ikpeng - AIMCI

Associação Indígena Kisedje

Associação Indígenas Kuikuro do Alto Xingu – AIKAX

Associação Wajãpi Terra Ambiente e Cultura – Awatac

Associação Wyty-Cate das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins

Centro de Formação dos Povos da Floresta

Centro de Trabalho Indigenista – CTI

Comissão Pró-Índio do Acre – CPI/AC

Conselho das Aldeias Wajãpi – Apina



**SEMINÁRIO**

Gestão de Acervos Culturais  
em Centros de Formação, de Documentação,  
de Cultura e Museus Indígenas no Brasil



Conselho Indígena de Roraima – CIR  
Instituto Catitu  
Instituto de Pesquisa e Formação Indígena – Iepé  
Museu do Índio / Funai  
Museu Kuahí dos Povos Indígenas do Oiapoque  
Organização dos Professores Indígenas do Acre – OPIAC  
Rede de Cooperação Alternativa – RCA

